



Número: **0856144-17.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **17/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|--------------------------|
| ADONJONHSON CAVALCANTE MARTINS (AUTOR) | | ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO) GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO) | |
| BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 24485844 | 17/09/2019 10:58 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 24486300 | 17/09/2019 10:58 | ADONJONHSON CAVALCANTE MARTINS - DPVAT | Informações Prestadas |
| 24486307 | 17/09/2019 10:58 | PROCURAÇÃO E DOCS PESSOAIS | Procuração |
| 24486310 | 17/09/2019 10:58 | B.O. E LAUDO MÉDICO | Documento de Comprovação |
| 24486313 | 17/09/2019 10:58 | RESPOSTA SEGURADORA | Informações Prestadas |
| 24676287 | 01/10/2019 17:49 | Decisão | Decisão |

Segue em anexo



MORAIS & AMORIM

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DE JOÃO PESSOA/PB.**

ADONJONHSON CAVALCANTE MARTINS,

brasileiro, união estável, monitor, portador da Cédula de Identidade n.º 2.588.599 SSP-PB, e do CPF nº 054.640.944-07, podendo receber intimações na Rua Pedro Ulisses, nº 18, Centro, Bayeux/PB, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Rua Praça Venâncio Neiva 21, Centro, Santa Rita/PB, vem, respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
(DPVAT) - COMPLEMENTAR**

EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93, podendo ser citada no Parque Sólon de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUITA:



MORAIS & AMORIM

Inicialmente, requer o promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos moldes dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna o promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

PRELIMINARMENTE:

DA COMPETÊNCIA

Conforme prevê o artigo 53, III, “b”, da Lei nº 13.105/15, que institui o Novo



MORAIS & AMORIM

Código de Processo, é competente o foro do lugar onde está a sede para as ações em que for a ré pessoa jurídica, *in verbis*:

“Art. 53. É competente o foro:

(...)

III – do lugar:

b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu:

Portanto, é competente uma das Varas Cíveis da Capital, tendo em vista que a empresa ré mantém estabelecimento nesta Capital/PB, conforme endereço acima indicado.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:

Em 22/09/2018, o promovente foi vítima de acidente de trânsito quando estava conduzindo motocicleta (PLACA NPZ 2221) ao trafegar pelas Cinco Bocas no Bairro de Mandacaru, e caiu ao solo após ser trancado por um veículo não identificado, consoante certificado no Boletim de Ocorrência. Após o acidente o autor foi socorrido e encaminhado para o COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA.

Pelo fato descrito acima, o autor sofreu escoriações que o deixaram com sequelas irreversíveis devido às lesões sofridas, sendo submetido a procedimento cirúrgico, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).**



MORAIS & AMORIM

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, o autor teve comprovada **FRATURA DE FÍBULA DIREITA, GERANDO INCAPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.**

Com esta sequela, o autor não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a sequela decorrente do acidente de trânsito, o promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3190243374), no entanto, para sua surpresa, apesar da gravidade das lesões e o estado atual pelo qual o autor se encontra, este teve liberado em seu favor tão somente o valor de 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme extrato anexado.

Desta feita, sem alternativa, já que o valor recebido pela seguradora Líder foi aquém ao devido, vem pleitear da empresa promovida o PAGAMENTO COMPLEMENTAR da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro,



qualquer **MORAIS & AMORIM** seguradora
conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso).



MORAIS & AMORIM

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do *Quantum* Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$ 13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Importa ressaltar que levando em consideração a grave lesão sofrida pelo autor – FRATURA DE FÍBULA DIREITA, este deveria ter recebido da Seguradora ré o importe de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) e não apenas R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)



MORAIS & AMORIM

Assim, incontroverso, o valor que deverá ser pago a título de indenização de forma complementar a parte autora no importe de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) pela invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta.”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.



MORAIS & AMORIM

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) devidamente corrigidos da data do acidente em 22/09/2018, provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente de trânsito;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso;



MORAIS & AMORIM

f) Seja **DISPENSADA** a designação de audiência de conciliação, com fulcro no artigo 319, inciso VII, do Novo Código de Processo Civil;

g) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 17 de setembro de 2019.

Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

ADONJONHSON CAVALCANTE MARTINS, brasileiro, união estável,
monetor, de CPF 054.640.944-07 e RG 2.588.599 SSP/PB, residente
na Rua Pedro Lélis, 108, Casa A, Centro - Bayeux / PB.

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 13529, portadora do CPF/nº 011197984/69 e/ou Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14318, portador do CPF/nº 06831028406, com endereço profissional na Av. João Machado, 553, sala 127, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do NCPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, receber, inclusive alvarás judiciais, perante qualquer instituição, inclusive financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo subdelegar, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 12 de Julho de 2019

Adonjonhson Cavalcante Martins
Outorgante

João Machado, 553 - Sala 127 - Empresarial Plaza Center - Centro - João Pessoa - PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 - Centro - Santa Rita - PB.
Telefones: (83) 3032-1329 / (83) 3229-1074.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

ADONJONHSON CAVALCANTE MARTINS

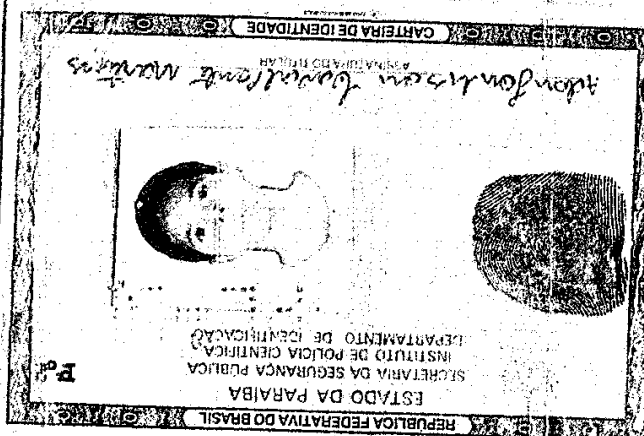
_____, declara, para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, e sob as penas da lei nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, que não possui condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

João Pessoa, 12 de Julho de 2019

Adonjonhson Cavalcante Martins
DECLARANTE

Av. João Machado, 553 - Sala 127 - Empresarial Plaza Center - Centro - João Pessoa - PB.
Praça Venâncio Nelva, 21 - Centro - Santa Rita - PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

588599 DATA DE EXPEDICAO 20 AGO 1998

NOME ADONILSON CAVALCANTE MARTINS

FILIAÇÃO Adonias Martins da Silva
Rubinete Cavalcante Martins

João Pessoa-PB DATA DE NASCIMENTO 12.05.1984

NATURALIDADE

Cert. Nasc. 24.696 fls.99 liv. A/ 23 cart.

(LOCAL DE ORIGEM) Bayeux-PB

CPF

ASSINATURA DO DETENTOR DO C. DE CARVALHO

LEI Nº 7.110/82

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
29 MAR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

05416401044-07

Nome

ADONILSON CAVALCANTE MARTINS

Nascimento

12/05/1984



UBINETE CAVALCANTE MARTINS
JA PEDRO ULSSES, 163 / CASA A - CENTRO
JOZEUX / PB CEP. 58305000 (AG 1)

gacão: MONOFÁSICO
e/Soc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Atelro: 10 - B - 940 - 4440 Referência: Mar / 2019
edidor: 00008457535 Emissão: 18/03/2019

energisa
ENERGISA PARÁIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Br 200, Km 25 - Costa Rica - João Pessoa / PB - CEP 53071-000
CNPJ 09.095.183/0001-40 Ins. Est. 15.015.923-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 021.673.501
Cód. para Dth. Automático: 00016768847

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

| Conta referente a: | Apresentação: | Data prevista da próxima leitura: | CPF/CNPJ/RANI |
|--------------------|---------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Mar / 2019 | 18/03/2019 | 16/04/2019 | 377.951.984-49 Ins. Est. |

UC (Unidade Consumidora): **5/1578884-7**

Canal de contato

Com a fatura por e-mail, você ajuda a preservar o meio ambiente, tem o controle de seu consumo a qualquer momento e sempre um comprovante de residência na mão. Fale em contato por um dos nossos canais e solicite a sua!

| Anterior | | Atual | | Constante | Consumo | Dias | | | | |
|------------------------|----------------------------|------------|----------|---------------------|-------------|-----------|---------------------|---------------------|------|------|
| Data | Leitura | Data | Leitura | | | | | | | |
| 14/02/19 | 4842 | 18/03/19 | 4892 | 1 | 43 | 32 | | | | |
| Demonstrativo | | | | | | | | | | |
| Qtd | Descrição | Quantidade | Tarifa/c | Valor Base Calc. | Alq. | ICMS(R\$) | Base Calc. Pro(R\$) | Coef(R\$) | | |
| | | | | Tributos Total(R\$) | ICMS(S/R\$) | ICMS | Fl/Coef(R\$) | (1,0703%) (4,9203%) | | |
| 1801 | Consumo em kWh | 43,000 | 0,228540 | 35,83 | 35,83 | 25 | 9,90 | 35,83 | 0,88 | 1,75 |
| LANÇAMENTOS E SERVIÇOS | | | | | | | | | | |
| 1807 | CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA | | | 1,35 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1804 | JUROS DE MORA 01/2019 | | | 0,17 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1805 | MULTA 01/2019 | | | 0,88 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
29 MAR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 03186.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 03186.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:52 horas do dia 21 de março de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Inácio da Silva Neto, Agente de Investigação, matrícula 1273345, ao final assinado, compareceu **Adonjonhson Cavalcante Martins**, CPF nº 054.640.944-07, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Monitor de Produção, filho(a) de Rubinete Cavalcante Martins e Adonias Martins da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 12/05/1984 (34 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Dr. Pedro Wlisses, Nº 108, complemento CASA, bairro Centro, tendo como ponto de referência Proximo Antiga Braz Cordas, na cidade de Bayeux/PB, telefone(s) para contato (83) 98743-8151.

Dados do(s) Fatos:

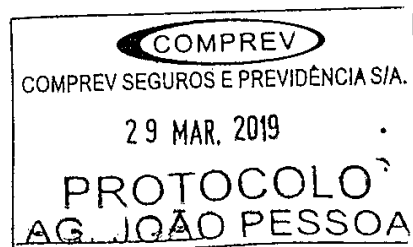
Local: Proximo a Boate Ponte Preta, João Pessoa/PB, bairro Mandacaru; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 22/09/18 05:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

Local: Proximo a Boate Ponte Preta/contorno das Cinco Bocas, João Pessoa/PB, bairro Mandacaru; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 22/09/18 05:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE FOI VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO NO DIA 22/09/2018, AS 05 HORAS DA MANHÃ, NAS CINCO BOCAS, NO BAIRRO MANDACARU, QUANDO ESTAVA GUIANDO A MOTO HONDA/CG 125 FAN KS, PRETA DE PLACA NPZ 2221/PB, CHASSI 9C2JC411OER115482, REGISTRADA NO DETRAN/PB EM NOME DE BRUNO HUGO CORDEIRO DA SILVA LEITE, CPF. 114.293.784-41. FATO OCORREU QUANDO UM VEICULO DIRIGIDO POR UMA PESSOA O QUAL PASSOU EM FRENTE DA MOTO LHE TRANCADO, EM SEGUIDA EVADIU-SE DO LOCAL, FAZENDO COM QUE DESSE UMA FRENAGEM BRUSCA NA MOTO VINDO CAIR AO CHÃO, AO CAIR DESMAIOU E FOI SOCORRIDO POR TERCEIROS EM VEICULO PARTICULAR PAR AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MAGABEIRA, LA CHEGANDO FOI ATENDIDO E SUBMETIDO A EXAMES DE IMAGEM QUE EVIDENCIOU FRATURA DE FIBULA DIREITA, E NO DIA 03/10/2018, FOI FEITO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, COM ALTA MÉDICA NO DIA 04/10/2018.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.



Procedimento Policial: 03186.01.2019.1.00.401



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

João Pessoa/PB, 21 de março de 2019.


JOSE MÁRCIO DA SILVA NETO

Agente de Investigação




ADONIJONHSON CAVALCANTE MARTINS
Noticiante

Procedimento Policial: 03186.01.2019.1.00.401

2/2



CERTIDÃO

Nº. 0174/2019

Atendendo solicitação de GIULLYANA FLAVIA DE AMORIM e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 165716 e Prontuário nº 2018.09.003080 pertencentes a **ADONJOHSON CAVALCANTE MARTINS** que foi atendido dia 22/09/2018 às 06H04min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em pé direito.

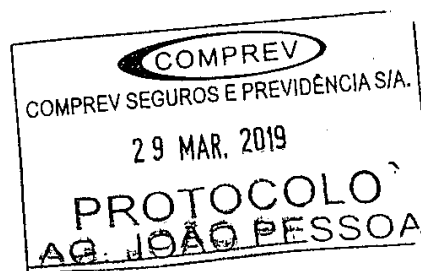
Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de fíbula direita. Realizado procedimento cirúrgico dia 03/10/2018 com alta médica dia 04/10/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 18 de fevereiro de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



URA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
LEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY

Ficha Nr: 165716 Atd: Nao Regula
Data: 22/09/2018
Hora: 06:04:35
Recepcionista: JOELMA IRIIO AQUINO DE
Clinica: CIRURGICA

GENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () CNPJ:

DADOS DO PACIENTE

Nome: ADONJONHSON CAVALCANTE MARTINS Num. de vezes atendido: 1
CNS: 201324125210002 Sexo: M IDENTIDADE: 2588599 Fone: 988646367
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 12/05/1984 Id: 34 ano(s)
End.: RUA SENHOR DO BONFIM, 138
Bairro: CENTRO Cidade: BAYEUX UF: PB
Mae: RUBINETE CAVALCANTE MARTINS Pai: ADONIAS MARTINS DA SILVA
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: AUXILIAR DE PRODUCAO Estado Civil: NAO INFORMADO
INFORMACOES DE ENTRADA: Escolaridade:
Resp.: PAI
Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD
Procedencia: RUA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: MOTO

Vitima de violência por: QUEDA DE MOTO NAS 5 BOCAS EM MANDACARU AS 05:00H

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Espasmo
[] Diarreia
[] Vômito
Observacao

Queixa Principal

7/10 # CIR CEFALIA

Paciente trazido por familiar em prancha ou elevador de ferido de cabeça. Nega dor no local da queda de consciência. Não tem dor no local da queda.

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

A - VAP em estado de choque B - MMVV em estado de choque HT em 160/90 C - Permeabilidade de 15 D - glicose 150 E - urina com 2+ de proteinas F - abd. mole

Diagnostico

Conduta

1. Bo tomografia de AP/DP
2. Analise de tomografia
3. ATB de 10 dias

Prescricao

Horario da medicacao

1. Tilatil 01mg + AD 6
2. Aspirina 1g 3x ao dia

Raquel Bezerra Estrela
Médica
CRM - PB 7373



23/09 - Psicologia (22:00h)
Realizado acolhimento + orient.

Dr. Odilon R. Filho
Ortopedia / Cir. Joelho
CRM 12957

Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

Ortopedia: Para exames
3-1/2x
Rx: Fratura Úlnar C

Leão Anderson
ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

| Qtde | Medicamentos | Dose | Horário | Evolução |
|------|--------------|------|---------|----------------------|
| | | | | Para Boto Intenso |

Augtiao

Dr. Odilon R. Filho
Ortopedia / Cir. Joelho
CRM 12957

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☒ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Admris Martin

Assinatura do Paciente/Responsavel

Dr. Odilon R. Filho
Ortopedia / Cir. Joelho
CRM 12957

Assinatura e Carimbo do Medico



| DESCRIÇÃO DA CIRURGIA | |
|---|--|
| Posição e Preparo: | |
| PACIENTE em DDH sob anestesia | |
| ASSEPSIA + ANTISSEPÇÃO | |
| APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉRIL. | |
| Incisão: | |
| incisão LONGITUDINAL LATERAL em PUNTA DISTAL | |
| POU PLANOS | |
| Achados: | |
| AUMENTO DO ESPAÇO COTR MENIUS | |
| Condução: | |
| REDUÇÃO SOB ESCOLIAL | |
| APOSIÇÃO DE PLACAS 1/3 CANTO + PAINFUSO | |
| CONTINGENTE 45. | |
| LIMPEZA COM SF09% | |
| SUTURA POU PLANOS | |
| CURATIVO. | |
| TALA BOTTA. | |
| RX CONTROLE. | |
| Fechamento: | |
| OBS: | |
| ALTA nos 3º DPO, SE PACIENTE SEM INTERCOMUNICAÇÃO | |

Data: 03/10/18

Yury 
C. MEDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.







Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0856144-17.2019.8.15.2001

:

DECISÃO

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia médica. Portanto, a audiência prévia de conciliação poderá ser postergada para momento posterior ao do exame pericial, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Em consequência, CITE-SE a promovida para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia.

DEFIRO a justiça gratuita, consoante art. 98 do NCPC (ID 24486307).

P. I. C.

JOÃO PESSOA, 24 de setembro de 2019.

Juiz(a) de Direito

